

# **A ação do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica em município onde um grande empreendimento muda a dinâmica territorial: um *porto* de cidadania**

Ana Lucia Mussi de C. Campinho<sup>1</sup>

Richard Frederico Henriques de Castro<sup>2</sup>

Ludmila Gonçalves da Mata<sup>3</sup>

Grupo de Trabalho: ST2. Desenvolvimento, Trabalho e Educação: mudanças no mercado de trabalho frente às novas dinâmicas econômicas; escolaridade e qualidade da educação; estrutura ocupacional; emprego e desemprego; trabalho e economia solidária, saúde e trabalho.

## **Resumo**

Este artigo suscita uma reflexão sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que trazem o compromisso de concorrer para a democratização da educação profissional e para o desenvolvimento regional. Dentro da área de abrangência do Instituto Federal Fluminense (IFF), o destaque foi para o Norte Fluminense (NF), região que recebeu grandes investimentos em função da exploração e produção do petróleo e gás na Bacia de Campos e da instalação do Porto do Açu, uma realidade que posicionou a região na rota do comércio internacional. O foco maior está na ação do campus Avançado de São João da Barra – IFF e como dialoga com as mudanças no território onde atua. O estudo se pautou pelos documentos oficiais da Instituição. Mesmo percebendo as contradições intrínsecas à educação profissional, fica evidente que a concepção de educação profissional do IFF, ao integrar ciência, tecnologia, trabalho e cultura, cria possibilidades de ultrapassar a visão pragmática da educação profissional e endossa a defesa de uma democracia ativa, um desenvolvimento socialmente justo e economicamente possível.

**Palavras-chave:** Instituto Federal Fluminense. Educação profissional e tecnológica. Desenvolvimento. Democracia ativa.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – UCAM-Campos (almccampinho@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – UCAM-Campos (richard.f.castro@hotmail.com)

<sup>3</sup> Prof.<sup>a</sup> D<sup>ra</sup>. do Programa de Pós-Graduação -Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Gestão da Cidade - da Universidade Candido Mendes – UCAM-Campos

## Introdução

Este artigo traz em seu contexto as possibilidades e contradições que o campo de Educação e Trabalho desencadeia sempre que as questões do desenvolvimento entram em pauta, uma vez que tocam pontos sensíveis próprios do sistema capitalista dominante no mundo. Pensar a oferta da educação profissional como propulsora de desenvolvimento é exercício necessário em tempo e lugar onde grandes empreendimentos submetem o território, com fortes impactos sobre a vida das pessoas locais; mais necessário ainda quando tais movimentos têm raízes no processo de globalização que já deu mostra de que o capitalismo não tem intenção de resolver distâncias entre ricos e pobres. É preciso, pois, um cuidado para que essas discussões não negligenciem aspectos que circundam, delimitam o processo de desenvolvimento regional, nem atribuam à educação um peso maior que lhe é próprio.

A problemática da educação profissional e tecnológica entra no palco de discussões sempre os centros de poder defendem seus projetos e mudam suas estratégias, pela posição que o conhecimento e a tecnologia ocupam como fatores determinantes para a obtenção da mais valia-relativa. Esse apelo por mais e melhor formação, em especial a educação profissional, visto por um viés puramente mercadológico, abre um campo de contradições no âmbito da educação, pois ela pode não escapar das malhas do capital, da tessitura de poder, que, fatalmente, gera desigualdade, exclusão e condição da cidadania negada.

Consideramos, assim, ser preciso concebê-la como uma educação instigadora de reflexões sobre ser e estar no mundo, na mesma medida que possibilita a apropriação dos processos como instrumentos mais democráticos e humanizadores de produção e distribuição da riqueza. É dentro desse contexto que desejamos compreender a educação profissional e tecnológica como um vetor capaz de concorrer de maneira substantiva para a construção de uma democracia em que se perceba a “inserção ativa e autônoma do cidadão trabalhador nos processos de produção, sob as novas bases da ciência e da tecnologia” (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2008, p.39).

Esses argumentos surgem em meio às indagações a respeito do papel de um campus Avançado de um Instituto Federal em região interiorana, solapada pela

chegada de empreendimento de alcance multiescalar, arbitrado por políticas que escapam à escala do território que interfere de forma drástica na dinâmica de vida de sujeitos e grupos locais.

Este artigo pretende, pois, abordar questões inerentes à atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, em especial do campus Avançado de São João da Barra, de modo a analisar se a concepção de formação subjacente a seus Planos Pedagógicos de Curso (PPC) está comprometida com o desenvolvimento do Norte Fluminense 'com sentidos de cidadania'. Neste contexto, é importante admitir a existência de uma complexidade de determinantes vinculados a estruturas de poder, a relações sociais, a concepções de mundo e de educação.

Algumas questões cercam nosso estudo a respeito de como o campus Avançado de São João da Barra, em sua concepção pedagógica apresentada nos PPC, enfatiza a formação com vistas ao desenvolvimento, com atenção para a cidadania. Essa questão principal e outras dela emanadas suscitam necessárias análises. Entendemos que a proposta, que consta da essência do IFF, de democratização da educação profissional e tecnológica em amplo alcance, não poderia vir exclusivamente pelos laços do imperialismo do mercado, mas deve suplantá-lo com uma educação profissional integral que possibilite aos jovens conhecer o mundo em que vivem e possam agir nele com a autonomia e ética necessárias. Isto implica concretamente, a necessidade de mergulhar na realidade local, dialogar com a sociedade, fazer a escuta para empreender ações que tragam o traço da participação e pertencimento.

Algumas decisões podem nos sinalizar nesta busca, a saber: como se deu a escolha dos cursos; qual a concepção de educação ensinada na estrutura curricular; a que segmentos da população pretende atender; a organização metodológica e quais os critérios de acesso os cursos; se em sua concepção existe abertura para a inclusão dos jovens e adultos trabalhadores.

Para o aprofundamento dos estudos, realizamos a pesquisa bibliográfica que, segundo Fonseca (2002, p.32), é utilizada quando o pesquisador está "[...] procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta". Destacamos as contribuições de Brandão (2007; 2009) e Cruz (2007), que referenciam desenvolvimento e território; na temática de cidades portuárias,

fomos a Monié (2011); a respeito da educação profissional e tecnológica, buscamos pesquisadores que discutem a relação contraditória existente entre educação profissional, trabalho e desenvolvimento dentro de uma perspectiva crítica, a exemplo de Frigotto; Ciavata; Ramos (2008); Saviani (2003); Souza (2014); e outros.

Acrescentamos à pesquisa documental, consultando a legislação sobre a Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF), o documento que trata da concepção e diretrizes dos IF<sup>4</sup>, a documentação oficial do Instituto Federal Fluminense (IFF) e os PPC em Construção Naval e Petróleo e Gás do campus Avançado de São João da Barra. Embora a entrevista não tenha sido instrumento utilizado nesse estudo, sentimos a necessidade de ouvir o gestor responsável pela implantação do campus à época para confrontar sua percepção com esses registros.

O artigo vem apresentado em tópicos: no primeiro, uma breve descrição da Região Norte Fluminense, onde se implantaram grandes empreendimentos econômicos: a indústria do petróleo e gás na Bacia de Campos, com base operacional em Macaé (início na década de 1970) e a implantação (a partir de 2007) do Porto do Açú, no município de São João da Barra. Ao compor esse cenário, percebemos que em um e outro momento, a educação profissional é convocada a trazer a sua parcela de contribuição. Entretanto, esse protagonismo precisa ser ponderado, sendo importante perceber a quem e de que forma atende a uma instituição de educação profissional. A ressalva de Peixoto Filho (2014, p.84) retrata essa preocupação.

É um grande desafio para a instituição escolar estabelecer um conteúdo tendencial de qualificação que responda de forma precisa às exigências do capitalismo contemporâneo, visto que as hierarquizações de saberes que predominam a lógica de produção se reconstituem constantemente dentro de cada processo de trabalho, além do mais os capitalistas e trabalhadores não se configuram como uma classe homogênea e rígida.

Ao transportamos a relação educação, trabalho e desenvolvimento, especificamente para São João da Barra, trazemos questões que realçam os desdobramentos da instalação do Porto do Açú no município e o papel de uma

---

<sup>3</sup> Os dois documentos estão disponíveis no Portal.mec.gov.br. Acesso em 02 de junho de 2018

instituição da rede federal, uma vez que o IFF está presente neste território.

No segundo tópico, discorremos sobre a política pública para a educação profissional de viés territorial com foco nos IF, instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, premissa que encaminha para o terceiro tópico que trata das contradições que permeiam a educação profissional e tecnológica. Neste tópico, também fazemos uma breve narrativa do processo formal para a criação do campus Avançado de São João da Barra, iniciado em 2002.

O quarto tópico se ocupa da análise dos dados coletados, a partir de categorias que consideramos centrais para a nossa questão de estudo. Nas considerações finais, além da análise realizada, reforçamos o papel da educação profissional e tecnológica para a promoção do desenvolvimento com ênfase no aspecto humanista quando no seu pilar de sustentação está o trabalho em favor da dignidade da vida.

## **1. A Região Norte Fluminense e as mudanças em função de grandes empreendimentos globais**

A Região Norte Fluminense vive, desde 1977, um processo de transformação em sua economia decorrente da descoberta do petróleo na Bacia de Campos, com uma base operacional da Petrobras em Macaé e, mais recentemente, a instalação do Porto do Açu, a pouco mais de 100 km de distância da Bacia de Campos<sup>5</sup>. Esses empreendimentos, embora atuem numa escala nacional e supranacional, submetem as esferas subnacionais, e alcançam o local, pois é no território que as relações capitalistas se materializam. A palavra território aqui é tomada numa acepção de espaço construído socialmente. De acordo com Cruz (2007, p.10):

Ao produzir a vida social, os homens produzem e reproduzem socialmente o espaço, produção ao mesmo tempo material e simbólica. O espaço socialmente produzido condiciona a produção e reprodução social. Esta, por sua vez, é mediada pelas representações acerca da vida social, que envolvem representações sobre o próprio espaço social.

Como desdobramento das atividades petrolíferas, registrou-se um processo

---

<sup>5</sup> Sua área abrange 130 km<sup>2</sup>, dos 455,044 km<sup>2</sup> que constituem o município. O porto é 100% privado.

acelerado de (re)estruturação do território, na conformação populacional, no emprego, na malha urbana, na rotina do território, no quadro político e na cultura local. Resultados visíveis são a ampliação da demanda por serviços básicos em educação, saúde, transportes, infraestrutura, um intenso impulso no ramo imobiliário e, de arrasto, um processo acelerado de favelização, aumento da violência urbana e prejuízos ambientais. Essa modernização faz embaçar as características de *enclave* que, em geral, se atribui a um empreendimento como este. Segundo Piquet (1993, p.27), “Os grandes projetos são geralmente apontados como enclaves, uma vez que não nascem de um processo endógeno de crescimento regional e têm suas encomendas e vendas realizadas extrarregionalmente. (...) seus efeitos multiplicadores não se concretizam na região.”

A economia do petróleo demandou, de imediato, a chamada de trabalhadores em diferentes áreas e formações. Principalmente nos postos de trabalho onde a tecnologia era mais avançada, a presença de profissionais estrangeiros era grande, haja vista a carência de profissionais da área e a baixa oferta de educação profissional e tecnológica na região. Esse processo alterou, de forma desigual, uma faixa territorial da Costa do Sol e do Norte Fluminense, bem como municípios de outras regiões do Estado e até outros mais distantes.

Após um período da opulência do petróleo na região, desde 2014, a queda do preço do produto vinculado ao mercado internacional, acrescida da redução da produção na Bacia de Campos, a crise de credibilidade que envolveu a Petrobras forçou uma redução drástica na receita dos *royalties* e das participações especiais<sup>6</sup>, mudando o cenário da região. Da abundância à escassez, a população enfrenta um período de desemprego, que alcança longa distância, enquanto os municípios se veem diante da redução severa no recebimento das rendas petrolíferas, conforme o gráfico 1. Selecionamos para essa mostra, os quatro municípios com maior arrecadação<sup>7</sup>.

Nas considerações de Serra (2006 *et al.*, p.66), os dez municípios que recebem *royalties* são *petrorrentistas*, por serem “recebedores de fartas rendas

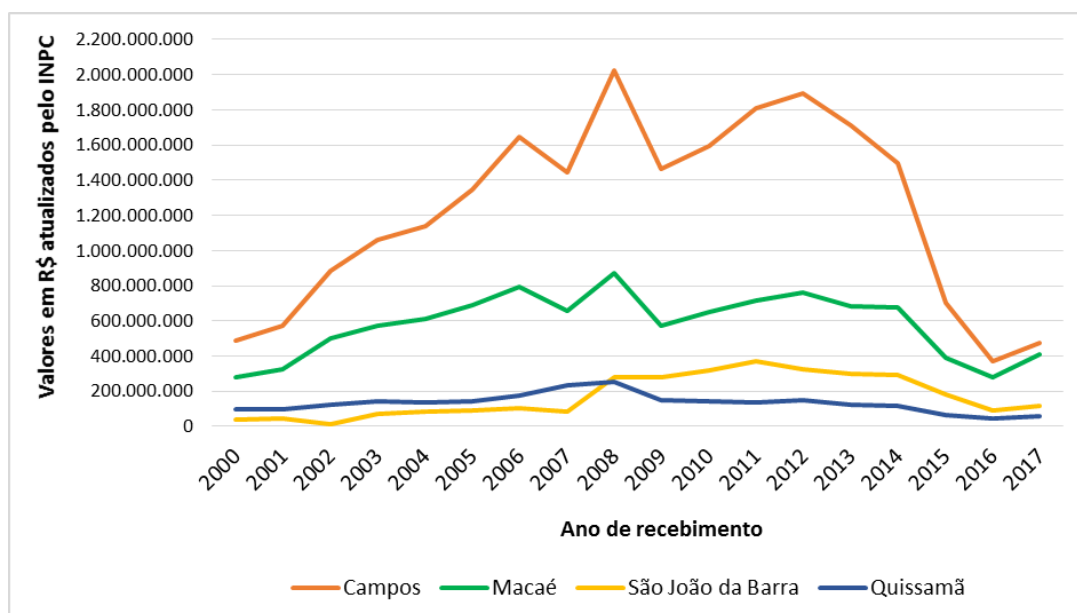
---

<sup>6</sup> Rendas petrolíferas: somatório de *royalties* e participações especiais. Os *royalties*, com alíquota variando entre 5% e 10%, incidem sobre o valor (a preços de mercado) da produção do petróleo e gás. A participação especial é uma renda petrolífera que, diferentemente dos *royalties*, incide sobre o lucro da atividade de exploração e produção dos campos de elevada produção e/ou rentabilidade.

<sup>7</sup> Também fazem jus a essa receita os municípios do estado do Rio de Janeiro: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Carapebus.

petrolíferas<sup>5</sup>”, desproporcionais aos impactos negativos da atividade de Exploração e Produção no seu território, na medida em que a economia termina por subordinar-se à pujança dessas atividades e desprestigia a necessidade de uma diversificação saudável.

Gráfico 1: **Receita de royalties e participações especiais nos municípios com maior arrecadação na Região Norte Fluminense – 2000/2017**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis em <https://inforoyalties.ucam-campos.br>. Acesso em 25 de maio de 2018.

O município de São João da Barra, no Norte Fluminense, encontra-se na esfera de abrangência da Bacia de Campos, sendo um dos que mais arrecadam *royalties*. Em 2014, o maior PIB per capita foi o de São João da Barra (R\$258.723,38).

Por quase todo o século XIX, a cidade de São João da Barra apresentou uma economia relativamente dinâmica, em razão da agricultura e da existência de um porto na foz do rio Paraíba do Sul, que se localiza naquela cidade. Este porto perde força no final do século XIX, e a economia do município fica praticamente restrita à agricultura e à pesca, especialmente do tipo artesanal. Somente no final do século XX, o município vislumbra uma melhoria na arrecadação, em virtude dos *royalties* do petróleo e gás na região.

Aquela larga oferta de postos de trabalho nas atividades de exploração e de produção do petróleo e gás da Bacia de Campos favoreceu também para, os sanjoanenses, oportunidades de trabalho. Entretanto, a baixa escolaridade e as raras oportunidades da formação profissional no município forçaram o deslocamento

de jovens para a cidade de Campos dos Goytacazes em busca de formação para o trabalho. Uma grande massa, porém, aquela que não frequentou a escola ou consta nos índices de baixa escolaridade, ficou na terra, ocupando-se da agricultura e pesca, ou no trabalho informal, desqualificado nas praias da região. São os típicos representantes da “ralé brasileira”, conforme denominou SOUZA (2009, p.21): “[...] uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação [do capital cultural e econômico].”

A construção do Porto do Açu, com nove terminais divididos em áreas *offshore* e *onshore*<sup>8</sup>, entra na história do município como um empreendimento de tal magnitude que mudou o ordenamento do território e levantou expectativas na população. Contraditoriamente, porém, as atividades portuárias específicas de natureza multiescalar, o compromisso com a circulação de produtos com maior rapidez e redução de custos fazem com que o porto tenha pouca aderência com o local.

---

<sup>8</sup> Com operações iniciadas em 2014, o Porto do Açu já movimenta cargas como granéis sólidos e líquidos, carga geral, minério de ferro e petróleo. O T1 - terminal offshore com uma ponte de acesso de 3 km de extensão, 9 píeres para movimentação de minério de ferro e petróleo, canal de acesso e bacia de evolução. Terá capacidade para receber navios de grande porte, como Capesize (220 mil toneladas) e VeryLarge Crude Carrier – VLCC (320 mil toneladas). Dos nove berços para atracação de navios, quatro serão dedicados ao minério de ferro, que poderão movimentar até 100 milhões de toneladas por ano, e cinco berços serão capazes de movimentar até 1,2 milhão de barris de petróleo por dia (bpd). O T2 é um terminal *onshore* instalado no entorno de um canal para navegação, com mais de 13 km de cais.



Figura 1 – Fotografia do Porto do Açú



Fonte: <https://www.portodoacu.com.br/>. Acesso 6 de junho de 2018

Tantas mudanças, entretanto, elevaram esperanças da população. Para Monié, (2011, p. 153):

Os transportes desempenham uma função maior nas modernas cadeias logísticas adicionando valor através da articulação de múltiplas escalas, atividades e atores num universo produtivo e mercadológico dominado por atores que demandam um serviço pontual, respeitoso da integridade e da segurança dos bens, economicamente competitivo e especialmente muito capilar. A nova economia da circulação das mercadorias, informações e pessoas se inscreve então num conjunto de transformações da economia, da sociedade e do espaço geradoras de dinâmicas particularmente complexas no campo da mobilidade. Por isso, o setor dos transportes foi caracterizado por importantes mudanças técnicas, operacionais e institucionais.

Visto em escalas mais amplas, o porto admite uma margem de possibilidades para a revitalização da região, vez que pode atrair para seu entorno uma

convergência de empresas, com consequências que demandam inclusive a necessidade de uma rede de transportes eficaz e melhoria nos serviços. Nesse debate tão sensível, nos reportamos a Brandão quando fala sobre desenvolvimento (2008, p.3):

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental.

Por outra ponta, é de fundamental valor consorciar todo esse processo a oportunidades que devem ser construídas para a melhoria da vida no local. Neste sentido, ganha importância a ação de instituições e entidades locais e regionais que possam mover as políticas de desenvolvimento em favor do território. É neste viés que incluímos as políticas públicas e, em especial, aquelas destinadas à educação profissional e tecnológica.

## **2. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública de base territorial**

A ênfase neste estudo está na expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) como uma política pública de base territorial. Desde 2003, o governo federal adotava medidas no sentido da Expansão da EPT no País, contemplando, principalmente, as instituições federais já existentes. Em 2006, já se tem registro das primeiras das 64 unidades vinculadas aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET). Localizam-se, prioritariamente, em Unidades da Federação ainda não atendidas pela Rede Federal; em regiões mais interioranas do País e periferias dos grandes centros urbanos.

A Lei Nº11.892 de 28 de dezembro de 2008 referendou o processo de expansão, da Educação Profissional Tecnológica pública. Na segunda fase da expansão, defendeu-se “uma escola técnica em cada cidade-polo do País”, uma distribuição segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sob o argumento de uma distribuição territorial equilibrada das novas unidades e a cobertura do maior número possível de mesorregiões. Havia ainda a preocupação de promover uma sintonia com os Arranjos Produtivos Locais e atender às demandas oriundas das políticas de desenvolvimento industrial; de geração de trabalho e renda; modernização e expansão do agronegócio; fortalecimento do *trading* turístico; fomento às novas formas de associação e cooperativismo e desenvolvimento de arcos produtivos com elevado grau de inovação tecnológica. Na terceira fase, a expansão fortalecia as políticas de erradicação da pobreza, e os *campi* foram destinados aos “territórios de cidadania”; aos locais próximos das grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Arranjos Produtivos Locais e a municípios com até 50 mil habitantes. Criava-se, assim, uma rede nacional de educação profissional e tecnológica.

Esses Institutos Federais foram considerados de base territorial, principalmente pelo compromisso com o desenvolvimento do território pela via da formação profissional, pela possibilidade de atuação em rede e responsabilidade com a melhoria da educação básica e a formação inicial e continuada de professores. Autores como Frigotto e Ciavatta mostram em seus estudos o quanto é possível compreender a história da educação profissional no Brasil pelas políticas de desenvolvimento. Nosso objeto, porém, nesse estudo, limita-se ao tempo em que grandes empreendimentos aportam à região Norte Fluminense. Na região da base operacional da Petrobras, em 1993, construiu-se uma Unidade Descentralizada em Macaé (UNED-Macaé)<sup>9</sup>, vinculada a então Escola Técnica Federal de Campos, com o entendimento de formar técnicos na própria cidade para acrescer o quadro de profissionais ligados à indústria do petróleo, uma vez que a maioria dos técnicos da Petrobras era oriunda da unidade- sede em Campos dos Goytacazes.

Embora com uma visão de educação profissional mais conservadora e de perfil instrumentalista, a iniciativa em criar essa escola não ficou imune às contradições

---

<sup>9</sup> UNED-Macaé -vinculada à Escola Técnica Federal de Campos, denominação que desaparece com a transformação dessa escola em Centro Federal de Educação Tecnológica, em 1999 e, em 2008, sendo redimensionado seu papel com a criação do Instituto Federal Fluminense-IFF.

que a educação profissional tem em essência: que concepção de educação profissional, qual formação de homem e para que sociedade? Aquela exclusivamente a serviço do capital ou a que traz para o centro a formação cidadã e crítica que ultrapassa os apelos do capital? Para Frigotto; Ciavatta e Ramos (2008, p.39), antes de tudo, é fundante “a educação básica unitária e a educação profissional como uma conquista efetiva e de qualidade e ambas como direito são requisitos fundamentais para todas as dimensões de vida, sob condições plenas de justiça, de cidadania e de democracia” (Frigotto; Ciavatta e Ramos - 2008, p.62). E avançam com a defesa de uma concepção de educação que deve possibilitar “o sentido de uma democracia ativa e uma nova concepção de desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável, solidário e participativo” (Frigotto; Ciavatta e Ramos - 2008, p.62).

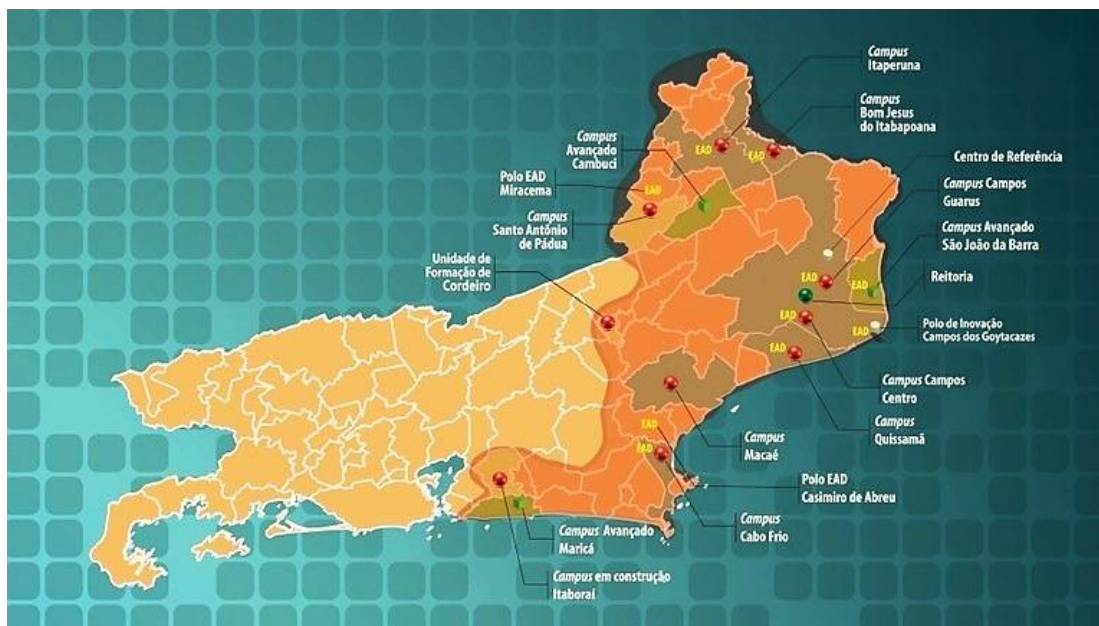
O Programa de Expansão da Educação Profissional trouxe novos desafios para as instituições federais de formação profissional pelo País, também ao que se refere à concepção de educação. O Instituto Federal Fluminense transforma-se em uma verdadeira rede de escolas<sup>10</sup>, espraiando-se pela maior parte do estado do Rio de Janeiro<sup>11</sup>, conforme figura 2, pelas regiões que se estendem da região Metropolitana e vindo pelo litoral fluminense, cobre o Norte Fluminense e alcança a Região Noroeste.

---

<sup>10</sup> Até 2005, a Instituição era formada pela unidade sede, em Campos dos Goytacazes, Unidade Guarus também em Campos dos Goytacazes e a Unidade descentralizada de Macaé. Com a criação do IFF, ela passa a ter rede de escolas que cobre desde a região metropolitana (*campus* Avançado de Maricá), vindo pelo municípios litorâneos nas Baixadas Litorâneas (*campus* Cabo Frio); no Norte Fluminense (*campus* Macaé, *campus* Quissamã, *campus* Centro, *campus* Guarus, a Reitoria e a Unidade de Pesquisa e Inovação em Campos dos Goytacazes e o *campus* Avançado em São João da Barra até o Noroeste do Estado, onde estão situados os *campi* de Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Bom Jesus do Itabapoana e o *campus* Avançado de Cambuci. Em todas as regiões supracitadas, o IFF implantou Polos de Educação a Distância que ampliam essa rede.

<sup>11</sup> A cidade do Rio de Janeiro e as regiões metropolitana e serrana são atendidas pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, Colégio Pedro II e CEFET Rio. Todas essas instituições integram a rede federal de

**Figura 2: Mapa da abrangência atual do Instituto Federal Fluminense**



Fonte: Fonte: iff.edu.br. Acesso em 10 de junho de 2018

Como Política Pública na área de Educação, o investimento nesse aparelho público, e sua potencialidade enquanto rede, precisa estar entrelaçada com outras políticas sociais, numa simbiose que deve resultar em propostas de formação para acolher também as frações de trabalhadores que o capital não é capaz de absorver. O trabalho educativo, alimentado pelas possibilidades econômicas locais múltiplas, atenderia às necessidades de um desenvolvimento regional com rotas de inclusão.

A educação é considerada um fator estratégico para o desenvolvimento, mas esta relação não é linear, conforme Demo (2016, p.69): “Essa ligação é frequentemente fantasiosa, no sentido de que depositam sobre ela expectativas excessivas, em particular quando vista setorialmente, ou se reduz a uma relação de mero manejo do conhecimento para fins de competitividade, ou se usa para fins eleitoreiros.”

Pensar o desenvolvimento regional, buscando possíveis convergências entre grandes investimentos e uma instituição de educação profissional como lócus de

conhecimento, onde orbitam Educação, Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura exige trazer para o campo de debates as fragilidades dos municípios para construir uma rede de intervenções com políticas capazes de construir horizontes de cidadania. É nessa perspectiva que trouxemos as iniciativas pedagógicas do *campus* Avançado de São João da Barra e sua interlocução com a realidade local e regional, como forma de compreender o posicionamento da escola na estrutura social e suas diretrizes.

O País ainda está longe de considerar a educação como condição de cidadania e direito de todos. Um dos tropeços mais visíveis dessa lentidão é o percentual de brasileiros que, muito cedo, sentem o descompasso de suas vidas com a escola e desistem ou são expulsos dela nos primeiros anos escolares; tornam-se candidatos ao fracasso na vida profissional, principalmente, por não terem desenvolvido as habilidades necessárias para a vida laboral. Sob esta ótica, Bourdieu (2008, p.211) analisa a escola como uma “força formadora de hábitos.” Para o autor,

A escola propicia, aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado.

É consenso nos discursos que o conhecimento científico e tecnológico é fundamental para a produção e reprodução social e para a cidadania, argumento que consta no documento do Ministério da Educação sobre Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais (BRASIL, 2008, p.19):

[...] essa modalidade da educação vem sendo considerada fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade do desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. [...] A intenção é superar a visão althusseriana de instituição escolar como mero aparelho ideológico do Estado, reproduzidor dos valores da classe dominante, e refletir em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes.

A concepção supracitada legitima uma política pública e a amplitude dos objetivos referendados no artigo 7º da Lei Nº 11.892/2008<sup>12</sup>, que traçam a singularidade dos IF como aparelhamentos públicos propulsores do desenvolvimento e levam a instituição ao encontro das pessoas com a oferta de ampla gama de formação em todos os níveis e modalidades de ensino, atuando

---

<sup>12</sup> Lei Nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 - cria a Rede Federal e Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.



também na pesquisa e na extensão. Neste contexto, a concepção de educação profissional ganha protagonismo como um espaço em que é necessário debater em maior profundidade a relação de subserviência, alienação e o ciclo vicioso de dominação que mantêm e ampliam as diferenças entre regiões e países, por vezes encobertas pelos discursos circulantes.

### **3. Da parceria entre representações de entes federativos à criação do *campus* Avançado de São João da Barra**

A história do IFF em São João da Barra começa em 2002, quando a Prefeitura do município firma parceria com o então CEFET Campos para criar oportunidades de formação profissional para os jovens e adultos trabalhadores da região. Desde então, foram ofertados os cursos de Turismo, Logística, Informática e Segurança do Trabalho. Dessa parceria, surge o Núcleo Avançado de São João da Barra, em 2011, e cresce a atuação da instituição com os cursos de Metalurgia e Eletromecânica. A condição *campus* Avançado de São João da Barra do IFF acontece dentro do Programa Nacional de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, oficializado pela Portaria nº 505/2014, na terceira fase da expansão dos IF. Neste íterim, os cursos eram subsidiados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o suporte técnico-pedagógico do IFF, destinados a trabalhadores, sem exigência prévia de escolaridade.

Como *campus* Avançado de São João da Barra e com um quadro efetivo de profissionais, iniciou-se a construção do projeto pedagógico. Esta etapa foi precedida pela realização de audiências públicas, uma das exigências do MEC como sinalização para a participação da sociedade. Segundo o depoimento do diretor à época, com quem conversamos para captar mais detalhes, antes da realização da audiência pública, em agosto de 2014, construiu-se um grupo de trabalho para elaborar um estudo prévio da mesorregião (vocações econômicas, indicadores sociais, educacionais, infraestrutura, etc.) e realizadas sondagens com algumas empresas instaladas e/ou em fase de instalação no Porto do Açú. A partir daí, elaborou-se o documento-base como referencial para apresentação da proposta de atuação do *campus*. Na audiência pública, este documento foi avaliado pela

representatividade da sociedade (governo, setor produtivo, servidores, órgãos de classe, bem como o público em geral). Sofreu alterações para acolher as sugestões que obtiveram consenso. Decorrente das discussões e protocolos, o *campus* estrutura suas propostas de cursos técnicos integrados em Petróleo e Gás e Construção Naval, no eixo tecnológico de Produção Industrial. Na modalidade concomitante, mantém a oferta do curso de Eletromecânica, e o de Segurança do Trabalho foi reestruturado para a modalidade de educação a distância (EaD)<sup>13</sup>.

Em relação ao ensino técnico integrado ao ensino médio e integral, reforçamos as palavras de Frigotto (2011, p.633):

O que apontamos com a perspectiva de renascer das cinzas é a proposta de ensino médio integrado e integral, que busca articular conhecimento, trabalho e cultura. [...] não é, exatamente, o mesmo que a educação politécnica ou tecnológica, mas é certamente uma travessia a que a realidade rebelde de nossa história nos condiciona.

Esse processo visto localmente pode parecer pouco representativo. Não obstante, analisado como política de interiorização da educação básica e profissional, pública e gratuita, a presença de uma instituição federal de ensino técnico e tecnológico numa cidade com menos de 50.000 habitantes torna-se um marco no sentido de levar à população oportunidades de educação antes restritas a poucos.

#### **4. Os Planos Pedagógicos dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio: em Petróleo e Gás e em Construção Naval numa análise de elementos estruturantes**

As reflexões neste tópico são resultantes das análises a partir dos dados coletados de acordo com categorias criadas na intenção de responder às questões que suscitaram os estudos: “a concepção de educação e a organização curricular”. Para este fim, consideramos: (i) os princípios que regem a formação profissional e tecnológica e a oferta dos cursos, de modo a perceber se há sintonia com os princípios e missão dos IF e se revelam valorização dos aspectos humanista e

---

<sup>13</sup> Informações obtidas nos textos oficiais do campus. [www.iff.edu.br](http://www.iff.edu.br). Acesso em 3 de junho de 2018.



tecnológico com centralidade na formação para a cidadania; (ii) a justificativa para a escolha do curso e os parâmetros para essa escolha, para verificar se estes possuem relação com a economia regional; (iii) a proposta curricular do curso, se revelam, em sua estruturação, princípios da formação que apontam para a autonomia; (iv) os processos de avaliação, como indicadores de propostas para a emancipação. Para conduzir nossas análises, buscamos extrair dos PPC trechos que possam, de certa maneira, contemplar nossas indagações. Chamamos a atenção que os princípios norteadores dos PPC são comuns a um e a outro.

A respeito da compreensão da educação profissional e tecnológica e da oferta de cursos e se há sintonia com as diretrizes do IFF, encontramos essa sintonia de ideias sintetizada nos parágrafos a seguir:

- i) Os servidores do *campus* Avançado São João da Barra entendem ser a Educação Profissional e Tecnológica luta entre projetos de sociedade. Observa-se, neste processo, a disputa pelo sentido dado desde as concepções pedagógicas, passando pelas leis educacionais vigentes, até a compreensão da relação ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente, comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social (PPC. Construção Naval, p 26).
- ii) Estão presentes, também, como marco orientador desta proposta, as diretrizes e princípios do IFFluminense, traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFFluminense (PPC. Petróleo e Gás, p.27).
- iii) Que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional autônomo, crítico e reflexivo e eticamente comprometido com as transformações necessárias para a construção de uma sociedade em que haja justiça e garantias de cidadania plena.

O aspecto humanista da formação e o sentido da integração do Ensino Técnico ao Ensino Médio vêm reafirmados numa formação omnilateral , plena, como se lê a seguir.

- iv) A formação de nível médio do Instituto Federal Fluminense de São João da Barra visa ao preparo de profissionais que assumam um compromisso com a sociedade baseados em princípios ontológicos (ser), epistemológicos (saber), éticos e morais (agir), estéticos (prazer e sentir) e, evidentemente, técnicos (fazer). Para tanto, o eixo em torno do qual construiremos nossos planejamentos será a formação omnilateral, entendida aqui como a formação plena que possibilita ao alunado o domínio dos princípios de sua própria existência vital, qual seja, a consciência da parte que lhe cabe na vida em sociedade (PPC Construção Naval, p.11).
- v) [...] Ao invés disso, ela considera que a profissionalização deve ser imbuída de conhecimentos e práticas que proporcionem ao formando uma inserção

no universo mais amplo das experiências: a experiência do pensar, a experiência do estético, a experiência do saber fazer, a experiência do criar, a experiência das interações com o outro (PPC Construção Naval, p.12).

A ideia da profissionalização é intrínseca à questão do trabalho, o que caminha ideologicamente para a perspectiva de a educação politécnica, defendida por Saviani (2003, p.132):

A noção de Politecnia deriva, basicamente, da problemática do trabalho. Nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral. Toda a educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto, do entendimento e da realidade do trabalho.

A respeito da proposta curricular e sua concepção, os documentos são claros:

- vi) Configura-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos voltados para uma práxis educativa numa perspectiva progressista e transformadora e que considera, também, os princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08 (PPC Construção Naval, p.13)

Uma particularidade nos currículos é a proposta do projeto integrador como um exercício metodológico em reunir ensino, pesquisa e extensão a partir de problemas extraídos da realidade pela observação realizada pelos discentes, num exercício de ultrapassar os limites das disciplinas e estimular o “fazer junto”.

- i) Entendendo o Projeto Integrador como momento privilegiado de ensino e pesquisa, união entre teoria e prática, desenvolvimento do senso crítico e da responsabilidade social do discente e de toda comunidade escolar, procuramos uma metodologia de ensino que permitisse que essas premissas fossem alcançadas. A metodologia encontrada foi a Metodologia da Problematização, onde o ensino e a aprendizagem ocorrem a partir de problemas.

Quanto à escolha dos cursos, é evidente a aderência à econômica regional e local, considerando-se a indústria do petróleo e gás e o porto do Açú que cercam a região. Essa decisão talvez tenha vindo um pouco influenciada pelo momento de expectativas em relação ao porto. O estudo do contexto econômico e social que subsidiou a escolha dos cursos, a matriz e objetivos do curso constam no documento, entretanto, apesar dessa diretividade, o viés humanista é predominante:

- ii) A proposta do *Campus* Avançado São João da Barra não leva em consideração apenas a formação profissionalizante voltada para a absorção pelo mercado. Ao invés disso, ela considera que a profissionalização deve ser imbuída de conhecimentos e práticas que proporcionem ao formando uma inserção no universo mais amplo das experiências: a experiência do

pensar, a experiência do estético, a experiência do saber fazer, a experiência do criar, a experiência das interações com o outro (PPC Construção Naval, p.13).

A escolaridade exigida para o acesso é o ensino fundamental completo. Seriam alunos com idade a partir de 14 anos, de acordo com a lei de diretrizes e bases 9394/96. Quanto à avaliação, a proposta é coerente com a concepção de educação transformadora e perpassa práticas avaliativa diversas e por situações vividas nos ambientes de aprendizagem. Assim, reforça-se uma postura de aprendizado de forma individual e coletiva que admite retomadas para reestruturar conceitos e práticas.

Não registramos referências à oferta de cursos na modalidade jovens e adultos que, a nosso ver são importantes para aquela região, vez que o porto arrancou trabalhadores de suas fontes de subsistência que merecem ser assistidos pelas políticas da educação. Neste caso específico, o *campus* deveria retomar a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

### **Considerações finais**

O artigo se propôs suscitar uma reflexão sobre o papel do IFF e seu compromisso com o desenvolvimento da região e a democratização da educação profissional, de acordo com o que preceitua a Lei Nº 11.892/ 2008. O foco central é o *campus* Avançado de São João da Barra. A escolha desse *campus* se deu em função das mudanças profundas com a instalação do porto do Açú. Na gama de possibilidades para o desenvolvimento que o porto desenhou, veem-se as pegadas da destruição que provocou e que precisam ser mitigadas. É neste ponto que a intervenção do *campus* Avançado de São João da Barra é crucial dentro de seu compromisso com a formação e com o território.

Ao tratar desse tema, consideramos que não se pode naturalizar as questões que envolvem o desenvolvimento regional, da mesma forma que a relação entre educação, trabalho e desenvolvimento não deve ser um simples tratado ou elemento limitador para o alcance da educação, como direito, por parte das pessoas. O IFF chegou mais perto daquela juventude sanjoanense que antes migrava em busca de formação.

O pouco tempo de existência do *campus* não nos permite uma análise profunda quanto a resultados, mas os estudos captaram a disposição de escuta para criar opções para a população, haja vista a relação dos cursos com a economia da região, o que pode favorecer a inserção dos técnicos nos postos de trabalho. Por outro lado, consideramos ainda tímida a qualificação profissional para jovens e adultos. No que tange ao Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, em destaque nesse estudo, valida-se a proposta de uma educação integral e ampla. Há uma ênfase nos PPCs na concepção humanista da educação, reflexiva e crítica, fato evidenciado também nos projetos de intervenção que integram o currículo, voltados, principalmente, para os problemas locais.

Não podemos afirmar que o ensino médio integrado ao técnico em São João da Barra seja exatamente uma educação politécnica, como defendem Saviani e Frigotto, mas é verdade que pisca os olhos para ela e se aproxima com a promessa de não esquecer os seus ensinamentos, posicionando-se na resistência e na defesa de uma sociedade justa, ética e democrática.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistema de pensamento. In: \_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2007. p. 203-229.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: Levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) **Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <[https://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Comp\\_complex\\_socioespacia\\_contemporanea.pdf](https://www.cairu.br/portal/arquivos/biblioteca/EBOOKS/SS/Comp_complex_socioespacia_contemporanea.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

BRASIL. MEC. Lei No. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRUNO, Lúcia. **Educação e Desenvolvimento Econômico**. Revista Brasileira de Educação. V.16 nº48 set-dez. 2011.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Mariza Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Profissional e Desenvolvimento. **Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado**, v. 2, 2008.

CRUZ, José Luís Vianna. Espaço social, ambiente construído e reprodução social. **Série UCAM-Região**, Campos dos Goytacazes, ano 3, n. 10, maio 2007.

DEMO, PEDRO. Educação e Desenvolvimento: análise crítica de uma relação quase sempre fantasiosa. **Rastros**, Revista do Núcleo de Estudos em Comunicação, IELUSC, Joinville, SC, ano 1, n. 1, p. 69 -113, dez. 1999.

EISENHARDT, Kathleen M. Agency Theory: An Assessment and Review. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, jan. 1989.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, Galdêncio; ClAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

MONIÉ, Frédéric. Dinâmicas produtivas, logística e desenvolvimento territorial In: COSTA, Pierre; VIDEIRA, Sandra Lúcia, FAJARDO, Sérgio. **(RE)leituras da Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p. 145-167.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. Inter-relações entre trabalho, educação profissional e desenvolvimento. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 71-85, set.-dez. 2014.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano No Brasil**: o papel do Estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da Politecnia. **Revista Trabalho, Educação, Saúde**, Fiocruz, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. **Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças**. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

SOUZA, Jesse. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.